

ESTADO DO CONHECIMENTO: perspectivas inclusivas no Ensino Superior

STATE OF KNOWLEDGE: inclusive perspectives in Higher Education

Diane Couto de Carvalho ⁱ

RESUMO: O presente artigo mostra a elaboração de um Estado do Conhecimento, tendo como tema central as políticas públicas voltadas ao acesso de Pessoas com Deficiência (PCD) ao ensino superior. Para tanto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, que teve como objetivo, investigar e analisar dissertações e teses disponíveis na Plataforma Sucupira/CAPES que tratam dessa temática. O recorte temporal adotado compreende o período de 2015 a 2024, tendo como marco inicial a promulgação da Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), considerada uma importante norma no campo da inclusão educacional. A pesquisa teve como objetivo identificar a produção acadêmica existente sobre o tema. Os resultados e as conclusões articulam os dados encontrados com a temática proposta, evidenciando avanços, desafios e possibilidades para o acesso de pessoas com deficiência ao ensino superior.

Palavras-chave: Estado do Conhecimento. Políticas públicas. Pessoa com deficiência. Ensino superior.

ABSTRACT: This article presents the development of a State of Knowledge, with the central theme being public policies aimed at access by People with Disabilities (PWD) to higher education. To this end, a bibliographical research was carried out, with the objective of investigating and analyzing dissertations and theses available on the Sucupira/CAPES Platform that deal with this theme. The time frame adopted covers the period from 2015 to 2024, starting with the enactment of the Brazilian Inclusion Law (Law No. 13,146/2015), considered an important legal reference in the field of educational inclusion. The research aimed to identify the existing academic production on the subject. The results and conclusions articulate the data

found with the proposed theme, highlighting advances, challenges and possibilities for access by people with disabilities to higher education.

Keywords: State of Knowledge. Public policies. People with Disabilities. Higher Education.

1 INTRODUÇÃO

O referido artigo tem como objetivo investigar, por meio da metodologia do Estado do Conhecimento, a produção acadêmica que trata das políticas públicas de inclusão no ensino superior, com foco em dissertações e teses produzidas no Brasil. A proposta central deste estudo é responder a nossa pergunta tema com o auxílio dos trabalhos encontrados durante a revisão de bibliografia.

Para isso, buscou-se identificar e analisar os principais estudos acadêmicos publicados sobre a temática na plataforma Sucupira/Capes, considerando os avanços e os desafios enfrentados na consolidação de uma educação superior mais inclusiva.

Com a intenção de tornar nossos argumentos consistentes e precisos, adotamos as etapas metodológicas do Estado do Conhecimento, sendo elas: bibliografia anotada, sistematizada, categorizada e propositiva. Os procedimentos, serão detalhados à luz de autores que discutem essa abordagem de pesquisa, como Morosini, Santos e Bittencourt (2021).

Nosso corpus analítico será fundamentado em autores críticos que problematizam a sociedade contemporânea, suas estruturas sociais e as condicionantes históricas que moldam as políticas educacionais. Adotamos a metodologia materialista histórico-dialética, fundamentada em Marx e Engels (2010), cuja perspectiva permite analisar a sociedade a partir da contextualização histórica dos fenômenos materiais e das contradições estruturais que a constituem.

Essa perspectiva nos permite refletir sobre a demora histórica na efetivação do direito das pessoas com deficiência ao acesso ao ensino superior público. O estudo também contemplará a análise de importantes políticas públicas, com ênfase na Lei Brasileira de Inclusão (LBI, Lei n.º 13.146/2015).

Para tanto, foram selecionados trabalhos oriundos de diferentes instituições de ensino superior, abrangendo diversas regiões do país. A diversidade institucional presente na amostra buscou garantir um olhar mais amplo sobre a produção acadêmica acerca das políticas públicas de acessibilidade e inclusão no ensino superior brasileiro.

As etapas dessa metodologia serão detalhadas, servindo de alicerce para a reflexão da nossa pergunta de pesquisa. Este artigo está organizado em cinco seções principais, adicionalmente foi feito o referencial teórico e a metodologia, o trabalho foi encerrado com as considerações finais, que trarão os resultados do nosso estudo.

1 ESTADO DO CONHECIMENTO: análise sobre acessibilidade e inclusão no Ensino Superior

Esta análise fundamentou-se em um estudo bibliográfico do tipo estado do conhecimento. Tal medida nos levou a aplicar a perspectiva de Morosini, Santos e Bittencourt (2021), segundo a qual esse tipo de investigação se configura como uma produção científica que exige rigor metodológico em todas as suas etapas, de modo a assegurar a validade dos procedimentos empregados. Seu objetivo central consiste em sistematizar e qualificar as informações já produzidas por outros pesquisadores, constituindo um conjunto de dados coerente e conciso.

Por meio da obra de Morosini, Santos e Bittencourt (2021) temos que, tal processo implica em um distanciamento crítico do autor em relação à sua vivência cotidiana, o que possibilita a superação de pré-conceitos e conduz o estudante à construção reflexiva dos saberes e à compreensão aprofundada dos fenômenos observados.

Com base na busca da configuração hodierna das políticas públicas voltadas ao Ensino Superior para PCD, manteremos atenção à pergunta que orienta esta investigação, que se delinea pelo questionamento: Como ocorrem as políticas públicas de acessibilidade e inclusão no Ensino Superior? Cujo sentido resultou no seguinte objetivo: identificar os trabalhos acadêmicos publicados entre os anos de 2015 e 2024, período considerado fundamental por estar diretamente relacionado à promulgação da Lei Brasileira de Inclusão (Lei n.º 13.146/2015).

A partir dessas premissas e em consonância com Santos e Morosini (2021), compreende-se que a bibliografia anotada, etapa inicial da construção do estado do conhecimento, consiste na identificação e seleção criteriosa de produções acadêmicas disponíveis em plataformas científicas.

Entre essas plataformas, destacam-se a Plataforma Sucupira (CAPES), o Banco de Teses e Dissertações (BDTD – IBICT) e a *Scielo (Scientific Electronic Library Online)*. A partir da escolha da base mais alinhada aos objetivos da pesquisa, o investigador define seus descritores temáticos, que são combinados com operadores booleanos, *AND*, *OR* e *NOT*, a fim de refinar a busca por materiais relevantes.

Já a bibliografia sistematizada, segunda etapa da construção do estado do conhecimento, conforme Santos e Morosini (2021), fundamenta-se em uma leitura exploratória dos resumos previamente selecionados, orientada pela temática central da pesquisa. Essa fase possibilita uma primeira aproximação com o conteúdo das produções, permitindo identificar recorrências, lacunas e enfoques teóricos por meio de uma leitura flutuante e atenta dos materiais selecionados.

Na terceira etapa, denominada bibliografia categorizada, conforme Morosini, Santos e Bittencourt (2021), ocorre a reorganização das investigações selecionadas. Nessa fase, o objetivo consiste em estruturar o material de análise em categorias temáticas, de modo a favorecer a interpretação dos dados extraídos.

Na quarta e última etapa, denominada bibliografia propositiva, foi pensada em comum acordo com Morosini, Santos e Bittencourt (2021), que indicam que este curso representa a organização da escrita e das informações encontradas nas etapas anteriores. Ele materializa os resultados da

investigação por meio de proposições e reflexões sistematizadas, construídas a partir das evidências que nos auxiliam a estabelecer levantamentos significativos, visando finalizar com ponderações e detalhamentos da análise feita.

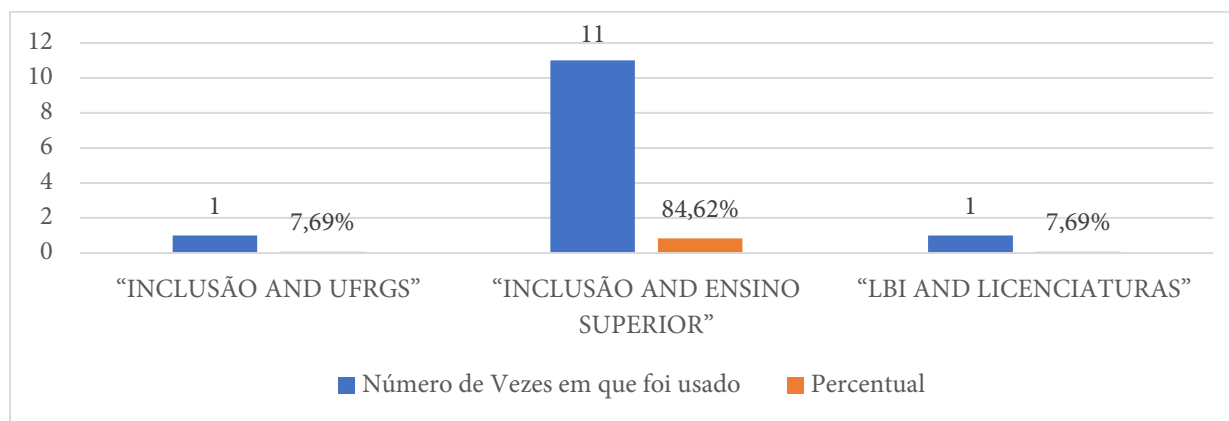
Sendo assim, iniciamos nossa investigação pela elaboração da bibliografia anotada, que permitiu compreender os avanços e os desafios enfrentados após a institucionalização dessa importante política pública. Com base nesse marco legal, buscamos enriquecer e aprimorar os estudos aqui referenciados, construindo um panorama consistente das produções acadêmicas relacionadas à inclusão de pessoas com deficiência no Ensino Superior.

2 BIBLIOGRAFIA ANOTADA

Para iniciar os desdobramentos de nossa bibliografia anotada é importante frisar que a plataforma escolhida para etapa, ora abordada, foi a Sucupira (CAPES). A ferramenta em questão foi eleita por apresentar resultados melhores com os descritores construídos e utilizados em nosso exame crítico, no momento em que fizemos a pesquisa, que foi o mês de abril de 2025.

A plataforma Sucupira (CAPES) fundamentou-se por sua comprovada eficiência na localização de trabalhos acadêmicos de pós-graduação, dentre eles dissertações e teses, relacionados à temática apreciada. Para a definição das inferências elencadas, estabelecemos os seguintes termos como descritores: “*INCLUSÃO AND UFRGS*”, “*LBI AND UFRGS*”, “*LBI AND LICENCIATURAS*” e “*INCLUSÃO AND EDUCAÇÃO SUPERIOR*”, e obtivemos os subseqüentes resultados demonstrados no gráfico 1 abaixo.

Figura 1 - Resultados dos trabalhos encontrados por descritor



Fonte: Plataforma Sucupira (CAPES). Elaborado pela autora. (2025)

Observou-se, por meio do gráfico acima que o descritor, “*INCLUSÃO AND EDUCAÇÃO SUPERIOR*”, destacou-se como o mais recorrente nas buscas realizadas. Registrando um volume acentuado entre as representações em barras de nossa imagem. Em contraste, os demais marcadores, por serem de natureza mais específica, resultaram em menos trabalhos analisados.

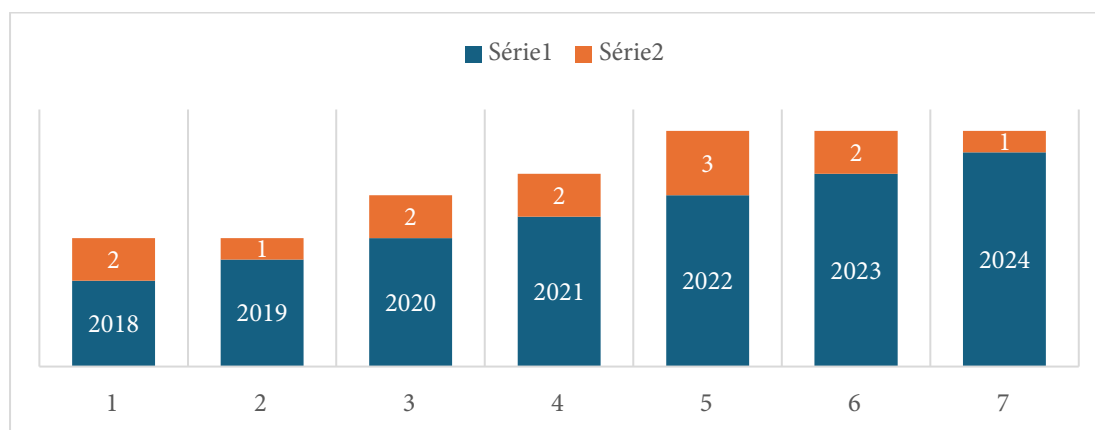
O estudo elaborado sinalizou múltiplas perspectivas acerca das Políticas Públicas para a Educação Especial no Ensino Superior. Dentre elas, destacaram-se as investigações acerca dos núcleos de acessibilidade, estudos dos dispositivos legais voltados à educação de Pessoas com Deficiência (PCD), formação de professores, bem como a capacitação de PCD como educadores, enfrentando barreiras de aprendizagem nas instituições de ensino superior.

Nesse sentido, para conferir maior dinamismo e rigor à análise, priorizamos os trabalhos que enfatizavam as políticas públicas de inclusão como foco central desta pesquisa. Em resposta a essa observação, constatamos que os trabalhos sobre políticas públicas voltadas à educação de Pessoas com Deficiência no Ensino Superior (ES) tiveram seu desenvolvimento iniciado dois anos após a promulgação da Lei Brasileira de Inclusão (LBI).

Essa constatação baseou-se nos indicadores utilizados e no período de coleta do acervo de análise. Com base nessas informações, observou-se uma concentração de estudos a partir de 2018, ainda que o recorte temporal da investigação contemple o ano de 2015, data da promulgação da Lei nº 13.146/2015.

Sendo assim, o gráfico abaixo ilustrou a distribuição dos estudos sobre o tema no período de 2015 a 2024. A ausência de registros nos anos de 2015, 2016 e 2017 indicou que, segundo os critérios adotados, não foram identificados trabalhos publicados sobre o assunto nesse intervalo de tempo. Um detalhamento adicional dessa investigação foi apresentado a seguir, com o auxílio do gráfico abaixo.

Figura 2 - Quantitativo de trabalhos encontrados por ano



Fonte: Plataforma Sucupira (CAPES). Elaborado pela autora. (2025)

Diante das informações elencadas, inferimos que a Série 1 de constatações, representou os anos de desenvolvimento dos trabalhos, enquanto a Série 2, quantificou as investigações realizadas em cada período. Destacamos um número ligeiramente superior de trabalhos no ano de 2022, contrastando com os demais anos, nos quais registraram uma média de um a dois trabalhos por ano.

Tal apuração permitiu inferir que a situação se deve aos recentes impactos da Lei Brasileira de Inclusão (LBI) de 2015, e de outras normativas, nas instituições de Ensino Superior sobre o assunto inclusão de pessoas com deficiência. A LBI, notavelmente, confere maior precisão à garantia da

acessibilidade e inclusão, estendendo-se da Educação Básica, à Educação Superior, e assegurando o acesso, a permanência e a conclusão dos estudos para esses sujeitos em todos os níveis de ensino. Sendo assim, ainda que a norma assegure de maneira mais efetiva o direito à educação para pessoas com deficiência no Ensino Superior, observou-se um número reduzido de trabalhos que se dedicam a essa perspectiva com demarcadores aqui selecionados.

Na sequência de nossa investigação, realizamos uma leitura flutuante dos resumos elencados, com o apoio da bibliografia sistematizada, com o objetivo de aprofundar teoricamente o material examinado e ilustrar, de forma geral, as informações que fundamentaram a construção destas observações.

3 BIBLIOGRAFIA SISTEMATIZADA

A etapa da bibliografia sistematizada, conforme definido por Morosini, Santos e Bittencourt (2021), constitui a segunda parte do estado do conhecimento. Ela consiste no fichamento das informações mais relevantes encontradas nos estudos selecionados na etapa anterior. Este processo permitiu um refinamento das investigações que demonstraram diálogo com a temática das políticas públicas para Pessoas com Deficiência (PCD) no Ensino Superior.

A fim de estabelecer um maior entendimento do campo de estudos, as informações foram registradas em um quadro, cujas colunas indicaram: número, ano, título, tipo de trabalho, resumo analisado, autores e instituição, em comum acordo com Morosini, Santos e Bittencourt (2021). Esses demarcadores foram fundamentais para a organização das reflexões extraídas dos estudos selecionados nesta etapa do estado do conhecimento, bem como nos ciclos subsequentes da pesquisa.

Quadro 3 - Trabalhos selecionados¹

Nº	Ano	Título	Tipo de trabalho	Resumos analisados	Autores	Instituição
1	2018	O impacto da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva no Ensino Superior.	Dissertação	Analisou o impacto das políticas públicas nacionais voltadas à Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva, no contexto do Ensino Superior.	Rafaela Souza	UFPI
2	2018	Visão docente e de alunos com deficiência sobre a inclusão na Educação Superior.	Dissertação	Buscou compreender, a partir das percepções de docentes e de estudantes com deficiência, questões relacionadas à inclusão educacional na Faculdade de Letras UNESP.	Tamires Fachinete	UNESP

¹ Pesquisa feita na Plataforma Sucupira/Capes em 23 de abril de 2025: <https://www.periodicos.capes.gov.br/>

3	2019	O atendimento educacional especializado na Educação Superior	Dissertação	Analizou como se dá o AEE para Pessoas com Deficiência em universidades públicas e privadas do estado de MS.	Rosely Madruga	UFMS
4	2020	Atendimento educacional especializado no ensino superior: Universidade federal do Rio Grande do Sul em foco	Dissertação	Realizou uma análise acerca do atendimento relativo à acessibilidade inclusão de estudantes PCD da UFRGS.	Bárbara Rosa	UFRGS
5	2020	Acesso e permanência dos estudantes com deficiência na UFCG: eficácia das ações implementadas.	Dissertação	Examinou as iniciativas da UFCG2 para assegurar o acesso e a permanência de estudantes - (PCD) no Ensino Superior, evidenciando a importância dessas ações para a equidade educacional.	Aldenice Pinheiro	UFPB
6	2021	Inclusão da pessoa com deficiência na educação superior: o Comitê de Inclusão e Acessibilidade da UFPB para o acesso e a permanência	Dissertação	Examinou as iniciativas do Núcleo de Inclusão e Acessibilidade da UFPB, utilizando as políticas públicas de inclusão como referência para identificar as ações destinadas ao público-alvo da educação especial.	Paulino Neto	UFPB
7	2021	Atendimento educacional especializado na educação superior: ações do núcleo de acessibilidade da UFSM	Dissertação	Buscou compreender a implementação do AEE no contexto do Núcleo de Acessibilidade da UFSM, analisando a efetividade desse atendimento na permanência, aprendizagem e integração curricular de PCD no Ensino Superior.	Daiane Pereira	UFSM
8	2022	O projeto de educação especial na educação superior: pedagogias em disputa	Tese	Analizou as ações do projeto de Educação Especial no Ensino Superior, considerando especificamente as políticas públicas de cotas que tornam compulsória a reserva de vagas para PCD em Universidades Federais.	Ana Paula Ferraz	UFSM
9	2022	Tateando a Educação Inclusiva: Cartografia Tátil no Processo de	Dissertação	Verificou como a formação de professores cegos é realizada utilizando a cartografia tátil,	Enoque Gomes de Moraes	UFG

		Formação de Professores de Geografia		especialmente considerando o cenário posterior à promulgação LBI, em 2015.		
10	2022	Trajetórias de vida: Os processos formativos dos alunos público-alvo da educação especial no contexto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha	Tese	Investigou as trajetórias de vida de estudantes -PCD no Ensino Superior. Enfatizou a importância das políticas públicas de inclusão para esse grupo.	Manoela Fonseca	UFSM
11	2023	Inclusão e permanência na educação superior: as percepções e o impacto das ações implementadas na UFF - Campus Aterrado	Dissertação	Analizou o projeto societário capitalista e suas estratégias de lucro no Ensino Superior. Buscou compreender como essa lógica se relaciona com as políticas públicas de inclusão para PCD nas universidades, indicando uma possível convivência ou adaptação para manter a hegemonia.	Débora Mota	UFF
12	2023	Ei, gestor, vamos conversar? A inclusão de universitários com deficiência	Dissertação	Investigou a inclusão de PCD no Ensino Superior em diferentes fases: pré-pandemia, durante a Covid-19 e no período pós-pandêmico. O estudo teve como principal foco a percepção dos gestores sobre esse processo.	Cristiane Brizidio	UNIR
13	2024	Políticas e práticas inclusivas: o olhar da gestão e de estudantes com deficiência de um instituto federal de educação superior do Pará	Dissertação	Analizou os fatores que impactam negativamente a permanência de estudantes - PCD no Ensino Superior.	João de Deus Leite Silva	UNESP

Fonte: Plataforma Sucupira Capes. Elaborado pela autora. (2025)

É possível perceber que os trabalhos selecionados ofereceram contribuições relevantes e dialogaram diretamente com a temática do material acadêmico aqui confeccionado, sendo eles direcionados às políticas públicas de inclusão na Educação Superior para pessoas com deficiência (PCD). A principal evidência disso é que as discussões se concentraram nas dificuldades de acessibilidade enfrentadas pelas PCD nos espaços universitários.

Em análise, percebemos que os resumos 1, 3, 4, 5, 8 e 11 estigmatizaram a implementação dos impactos das políticas públicas para Pessoas com Deficiência no Ensino Superior (ES). Já o trabalho 2 explorou a perspectiva docente sobre inclusão e acessibilidade nesse nível de ensino. Os estudos 6, 7 e 12, por sua vez, investigaram o atendimento ao público-alvo da educação especial no ES, com foco nos núcleos de acessibilidade. Além disso, a pesquisa 9 detalhou a formação de professores PCD em cursos de licenciatura, enquanto os trabalhos 10 e 13 dedicaram-se às trajetórias de vida desses estudantes no ES.

Para dar continuidade ao estado do conhecimento, a próxima fase deste trabalho consistiu no detalhamento da bibliografia categorizada. Nessa etapa, foram destacadas as principais inferências extraídas dos estudos analisados e sistematizados, com o objetivo de conferir maior consistência e relevância ao material investigado.

4 BIBLIOGRAFIA CATEGORIZADA

Depois da organização da bibliografia e da leitura dos resumos — etapa que possibilitou reconhecer a repetição de certas expressões — selecionamos três vocábulos mais representativos: Políticas Públicas de Inclusão, Barreiras de Aprendizagem e Formação de Professores. Esses termos sobressaíram-se na fase preliminar da investigação, auxiliando na delimitação do conjunto de documentos analisados.

A seleção inicial, foi realizada por meio da plataforma Sucupira (CAPES) durante a etapa de sistematização bibliográfica desse estado do conhecimento. Nessa fase, foram identificados 62 trabalhos durante a pesquisa efetuada em abril de 2025, para a formulação desse artigo. Dentre os estudos elencados, apenas 13 foram selecionados.

Logo, optamos por descartar os trabalhos que não apresentavam informações sobre políticas públicas para a educação de pessoas com deficiência no Ensino Superior, como também, aqueles trabalhos que remetiam suas análises à área da saúde, sem ênfase mais detalhada na esfera educacional.

Em continuidade, foi possível inferir, pela confluência entre as proposições de Jannuzzi (2012) e os delineamentos advindos das etapas precedentes deste estado do conhecimento, que a educação superior para PCD tem sido protegida por uma tríade de pilares: políticas públicas para a consolidação da formação em nível superior de educação para PCD, formação docente qualificada para e por PCD e a erradicação de barreiras que possam obstaculizar a aprendizagem.

Esses elementos, entendidos como meios inclusivos sinérgicos, performaram um ambiente que fomentou a reflexão, o estabelecimento de ações e o debate sobre inclusão e acessibilidade no Ensino Superior. A abordagem não só transforma os espaços de construção de conhecimentos, mas também assegura sua capacidade de responder às demandas sociais emergentes e às transformações das políticas educacionais, visando uma sociedade intrinsecamente mais justa e igualitária.

A categoria “Políticas Públicas de Inclusão” funcionou como eixo estruturante na bibliografia anotada durante a análise empreendida por meio dessas expressões neste momento do trabalho. Dentro desse cenário, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) de 2015 foi o

principal balizador normativo. Suas diretrizes para a acessibilidade educacional foram fundamentais para as discussões sobre a permanência e conclusão dos estudos de pessoas com deficiência no ensino superior, reforçando o compromisso do Estado e da Instituições de Ensino Superior com uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, em sintonia com a justiça social e a igualdade de oportunidades.

Ao explorar a categoria “Barreiras de Aprendizagem”, observou-se sua relação com a análise de Jannuzzi (2012), que discute o caráter excludente da escola em relação aos alunos que não correspondem às expectativas de comportamento e desempenho escolar. Complementarmente, Tatagiba e Teixeira (2021) aprofundaram essa problemática ao destacar que as políticas públicas são construções humanas resultantes de processos de negociação em contextos sociais específicos. Quando esse olhar é direcionado ao campo da educação especial, é possível inferir que o acesso das Pessoas com Deficiência (PCD) ao ensino superior ainda enfrenta desafios, especialmente no que diz respeito à formação adequada de professores e demais profissionais da educação.

Embora essa questão venha sendo progressivamente amadurecida e consolidada no âmbito acadêmico, ainda persiste uma recorrente falta de suporte governamental para esse tema. Apesar desses percalços, observou-se um avanço importante com a estruturação e fortalecimento dos Núcleos de Acessibilidade, frequentemente mencionados nos estudos analisados neste Estado do Conhecimento. Esses setores têm se mostrado fundamentais para as dinâmicas institucionais voltadas à eliminação de barreiras e à promoção da acessibilidade para discentes com deficiência, além de atuarem na comunicação e sensibilização da comunidade acadêmica sobre esse tópico.

Esses núcleos têm a responsabilidade de viabilizar iniciativas que estimulem pessoas com deficiência a conhecer e, quando pertinente, preencher formulários específicos relacionados à inclusão e à acessibilidade, por meio da abertura de procedimentos institucionais sobre a temática. Além disso, cabe a esses setores planejar a gestão e a disponibilização de recursos humanos e materiais acessíveis, de modo a facilitar a trajetória acadêmica até a conclusão do ensino superior, bem como organizar a oferta de recursos que favoreçam o processo de aprendizagem.

Apesar da relevância desses núcleos, é fundamental reconhecer que a acessibilidade das Pessoas com Deficiência vai além de sua esfera de atuação, sendo uma responsabilidade que permeia toda a instituição, envolvendo gestores, professores, técnicos e discentes. Nossa última categoria, “Formação de Professores”, destacamos a mediação do educador como o ponto crucial para a implementação de estratégias de ensino renovadas. Conforme Saviani (2019), essa abordagem reflete uma vertente escolanovista nas dinâmicas de aprendizagem e ensino estudadas, transferindo o protagonismo para os estudantes.

Jannuzzi (2012) aprofunda essa discussão ao conceber o professor como um agente moderador na educação especial. Nesse contexto, destacamos a importância não apenas da utilização de recursos didáticos acessíveis, como o sistema Braille, tradutores e intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (Libras) e atendentes terapêuticos, mas também da incorporação de posturas e atitudes inclusivas. Entre os aspectos atitudinais considerados essenciais, ressaltamos as adaptações curriculares, a formação docente especializada e o incentivo a políticas públicas que promovam a acessibilidade educacional.

Ainda com base nas ideias de Jannuzzi (2012), essa perspectiva converge com as análises que apontam a influência histórica da área da saúde na educação de pessoas com deficiência, evidenciando a intersecção entre esse campo e o da educação. Nesse contexto, a atuação do professor como mediador e regulador do processo educativo torna-se indispensável e recorrente, resgatando princípios originados na Escola Nova, cujas bases pedagógicas foram fortemente influenciadas por profissionais da medicina, como Montessori e Decroly.

A acessibilidade nas instituições de Ensino Superior tem resultado em estratégias cada vez mais sofisticadas e amplamente difundidas, ainda que permaneçam demandas significativas por aprimoramentos. Com um saldo mais positivo do que negativo, essa realidade reflete, de maneira direta, os efeitos da promulgação da Lei Brasileira de Inclusão (LBI) de 2015. Para concluir a discussão desta etapa, avançamos agora para a análise da bibliografia propositiva, que compôs a última fase de nosso Estado do Conhecimento.

5 BIBLIOGRAFIA PROPOSITIVA

A Bibliografia Propositiva representou a etapa crucial para aprofundarmos o conhecimento previamente construído. De acordo com, Morosini, Santos e Bittencourt (2021), o passo em questão se baseia nas informações retiradas das etapas anteriores do estado do conhecimento e permite a realização de inferências, mais precisas sobre as publicações selecionadas. Para detalhar esses desdobramentos e visualizar as relações entre os termos estudados, utilizamos recursos como a imagem abaixo, que denotou a estrutura e as conexões identificadas.

Figura 3 - Esquematização das categorias³



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A figura ilustrou a intersecção entre as três categorias anteriormente mencionadas, sendo elas: Formação de Professores, Barreiras de Aprendizagem e Políticas Públicas de Inclusão; todas

³ Imagem feita com software Word/aba/inserir/formas/3 flechas e 1 retângulo na horizontal/fundo azul.

convergindo para o foco central de análise: a Educação no Ensino Superior. As Políticas Públicas de Inclusão ocuparam a posição central da imagem, evidenciando sua função articuladora entre as demais categorias e o foco de nosso estudo, representado no interior do quadrado. Nesse panorama, Jannuzzi (2012) ressaltou que as políticas públicas, destinadas à Educação Superior para PCD, expandiram-se significativamente na década de 1990. Isso se deu de forma proeminente mediante atos públicos das PCD, por direitos sociais. E foi reforçada após a Declaração de Salamanca em 1994⁴, que, ao ser ratificada globalmente, incluindo países como o Brasil, conferiu uma relevância substancial ao tema.

Mesmo com os avanços consideráveis no direito à Educação Superior para PCD, a ênfase atual nesse assunto não é um mero acaso ou fruto da bondade do sistema. Ela denota o momento de neoliberalismo em que nos encontramos. Nesse sentido, os escritos de Wallerstein (2001) ajudam a compreender que a expansão da poupança mundial capitalista se efetua pela “periferização” de economias como a do Brasil, que necessita de mão de obra para a sua ampliação. Pois, para que essa parcimônia dependente seja produtiva, é essencial que todos trabalhem e se capacitem, o que acaba por subordinar a educação às estruturas capitalistas, sob a influência das contenções financeiras do Norte global.

Essa realidade impacta diretamente a educação das Pessoas com Deficiência. Embora esses sujeitos tenham conquistado, de forma mais democrática, o direito de acesso ao ensino superior, foi somente a partir de transformações sociais mais recentes que puderam consolidar suas trajetórias formativas voltadas para o mercado do trabalho. A inclusão observada na atualidade é resultado de mudanças estruturais significativas na sociedade brasileira, as quais impulsionam uma demanda crescente por consumidores e trabalhadores, favorecendo, assim, a formulação e a implementação de políticas públicas voltadas às Pessoas com Deficiência.

Nesse sentido, Thoma e Hillesheim (2011) afirmam que não estar excluído tornou-se a norma, tanto no âmbito educacional quanto em outras esferas. Isso se deve à imposição do modelo neoliberal, que exige que os indivíduos estejam dispostos a desejar e consumir, demandando sua ativação econômica por meio da venda de sua força de trabalho. A finalidade precípua dessa estruturação é fornecer mão de obra ao mercado capitalista, sem exceção, integrando, assim, as PCD. Em virtude disso, a formação desses sujeitos se estende para além da educação básica, indo até a formação superior, que se torna um requisito para uma vaga no mercado de trabalho.

E isso perpassa por todas as áreas de formação acadêmica, englobando também, a formação de professores, que podem ser PCD. Apesar dessas condicionantes, este é um marco importante de progresso e transição rumo a uma sociedade mais justa e equitativa, ainda que enraizados em um sistema que persiste na segregação e desigualdades sociais e econômicas. Sassaki (2009) lembra-nos que a inclusão é uma forma de modificação estrutural da sociedade, ela transita pela cultura e por entre as relações sociais, valorizando a diversidade humana. Assim, a presença de docentes com

⁴ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO); ESPANHA. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília, DF: UNESCO, 1994.

deficiência em nossas instituições de ensino, sejam de educação básica ou superior, demonstra uma prática concreta de transformação estrutural, cultural e social.

Contudo, a formação desses educadores ainda enfrenta resistências. Esses futuros professores frequentemente se deparam com barreiras de aprendizagem nas Instituições de Ensino Superior (IES). Embora as IES revisem essas questões, em muitos casos, elas não são superadas devido às limitações financeiras ou à ausência de apoio governamental para essas Instituições. Com relação às políticas públicas para a educação superior, o Parecer nº 19/2001, do Conselho Nacional de Educação (CNE), por meio da Câmara de Educação Básica (CEB), vinculada ao Ministério da Educação (MEC), estabelece que a Educação Especial constitui uma modalidade da educação escolar, alinhada aos preceitos da educação inclusiva.

A normativa potencializou a transformação da Educação Especial em política pública na Educação Básica, seu foco central e na Educação Superior. Inicialmente consolidada na Educação Básica, essa política se expandiu, chegando a ter sua aplicabilidade no Ensino Superior, especialmente após a LBI de 2015, que compactou, organizou e aumentou as normativas sobre políticas públicas para PCD. Jannuzzi (2012) argumenta que a educação (política pública fundamental nesse momento do modo de produção capitalista, pois forma a classe trabalhadora) é uma contribuição essencial para a transformação do sujeito, especialmente na instrução de trabalhadores.

Historicamente, Pessoas com Deficiência (PCD) eram segregadas e percebidas como incompatíveis aos ambientes externos, sendo frequentemente internadas em hospitais psiquiátricos e asilos, como aponta Arbex (2019). No Brasil, foi somente nos séculos XX e XXI que essas pessoas começaram a ser inseridas de forma humanamente aceitável em espaços formativos e sociais, incluindo os ambientes de Ensino Superior. Contudo, essas limitações ainda impedem e prejudicam a participação plena e efetiva das PCDs em sociedade.

Nesse sentido, Jannuzzi (2012) destaca que o documento denominado de a Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)⁵, em Paris no ano de 1998 apontou, entre outras missões, o desenvolvimento sustentável e a melhoria da sociedade como um todo por meio da educação. Ainda na esfera global, a Agenda da Organização das Nações Unidas (ONU), de nome: “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”⁶, estabelecida em 15 de setembro de 2015 de acordo com Nações Unidas Brasil, adotou 17 objetivos para o desenvolvimento mundial com o intuito de trazer enormes ganhos para todos os países.

Dentre os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, destacamos aquele que propõe garantir uma educação de qualidade para todos, independentemente de raça, gênero, cor ou deficiência. Essa agenda internacional reforçou a importância de aprimorar a formação docente e de elevar a qualidade do ensino em todos os níveis de aprendizagem. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Brasil (1996), a qualidade da educação está intrinsecamente relacionada à sua articulação com o mundo do trabalho e com a prática social, assegurando não apenas o acesso, mas também a permanência dos estudantes nas instituições de ensino.

⁵ UNESCO. Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: visão e ação. Paris: UNESCO, 1998.

Neste ponto, é possível consolidar a análise ao destacar a coerência e o entrelaçamento das categorias identificadas com a temática central deste estudo. No entanto, evidenciamos uma lacuna significativa no número de teses de doutorado em comparação à abrangência e relevância da temática analisada, havendo uma predominância de dissertações entre os trabalhos encontrados. Dito isso, com o objetivo de fortalecer nosso debate, passaremos, a seguir, à análise do referencial teórico que fundamenta este artigo.

6 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico que fundamentou este estudo apoiou-se em autores que discutem as políticas públicas de forma ampla, com especial atenção às questões de inclusão e acessibilidade no Ensino Superior. Dentre os principais efeitos colaterais evidenciados, destacamos a formação docente, barreiras de aprendizagem e políticas públicas para Pessoas com Deficiência no que se refere ao acesso e à permanência no ensino superior.

Esta pesquisa utilizou, em sua revisão bibliográfica do tipo "estado do conhecimento", a obra de Morosini, Santos e Bittencourt (2021), que apresenta as principais articulações metodológicas para a construção dos diagnósticos literais. A partir dessas diretrizes, realizamos a análise de trabalhos extraídos da Plataforma Sucupira/CAPES, selecionando produções de pesquisadores vinculados a universidades públicas brasileiras que abordam temáticas relacionadas à acessibilidade e inclusão no Ensino Superior. Assim, foram traçadas as articulações que sustentam o tema central do estudo.

A partir do trabalho realizado e das categorias estabelecidas, utilizamos autores como Jannuzzi (2012), cuja obra contribuiu para a compreensão renomada da educação das Pessoas com Deficiência no Brasil. Esse percurso permitiu identificar os motivos pelos quais as políticas de inclusão foram consolidadas apenas recentemente, especialmente com o advento da Lei Brasileira de Inclusão (LBI de 2015). Nesse contexto, Arbex (2019), ajudou-nos a discutir os tratamentos a que as PCD eram submetidas antes do reconhecimento e da efetivação de seus direitos humanos.

Com Marx e Engels (2010) foi possível captar o contexto material que vivemos, bem como suas decorrências, por meio da teoria materialista histórica dialética o que nos levou a Saviani (2019) que ofereceu importantes contribuições ao discutir as ideias pedagógicas a partir de seus fundamentos políticos e ideológicos, muitas vezes refutadas ao longo da história, mas profundamente relacionadas à estrutura social brasileira atual. Como consequência tivemos o seguinte objetivo: identificar os trabalhos acadêmicos publicados entre os anos de 2015 e 2024, período considerado fundamental por estar diretamente relacionado à promulgação da Lei Brasileira de Inclusão (Lei n.º 13.146/2015).

O entendimento do capitalismo atual foi feito com a assistência de Wallerstein (2001). Sasaki (2019) foi aplicado para compreendermos a inclusão como um mecanismo potencial de transformação das estruturas sociais contemporâneas. Com base nessas abordagens, desenvolvemos nossos panoramas conceituais a partir do exame de dispositivos legais que contribuíram para a compreensão dos delineamentos das políticas públicas relacionadas à temática proposta, em consonância com as reflexões de Tatagiba e Teixeira (2021).

As legislações às quais nos referimos neste artigo estão centradas, principalmente, na Lei Brasileira de Inclusão (LBI), de 2015, que representa um marco na consolidação dos direitos das Pessoas com Deficiência, bem como na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei n.º 9394/1996 (LDB), de 1996, que já traz previsões sobre inclusão educacional. Também destacamos o Parecer n.º 19/2009 do MEC, que estabelece a Educação Especial como modalidade da educação escolar, reafirmando seu caráter transversal e complementar ao ensino regular.

Além das normativas nacionais tivemos o estudo das declarações e acordos internacionais, que vêm sendo continuamente atualizados e debatidos como instrumentos fundamentais para a consolidação das políticas públicas inclusivas. Buscamos, por meio dos autores e legislações, evidenciar os delineamentos que sustentam a temática investigada. Observa-se que as políticas públicas voltadas às Pessoas com Deficiência no Ensino Superior ainda constituem um campo recente, cuja estruturação tem se fortalecido, sobretudo, a partir da promulgação da LBI.

Os autores e documentos verificados nos permitiram compreender por que essas discussões estão ganhando maior visibilidade apenas recentemente. Isso se deve, em grande parte, a uma necessidade estrutural do próprio capitalismo, que, embora não se oriente essencialmente pela garantia de direitos humanos, acaba por abrir brechas que possibilitam sua consolidação. Esperamos que, futuramente, o acesso aos direitos fundamentais, como o direito à educação inclusiva, ocorra de forma plena e universal, sem que sejam necessários grandes movimentos de luta para sua efetivação.

Enfim, embora a estrutura do capital imponha limites concretos à efetivação desses direitos, é possível reconhecer as ocasiões geradas pelo próprio modo de produção, como a abertura política e social, enquanto oportunidades para transformar a realidade em uma sociedade mais justa e igualitária. Diante disso, encerramos nossa análise teórica e avançamos para a apresentação da metodologia desta produção acadêmica.

7 METODOLOGIA

Com o intuito de consolidarmos a construção deste texto, optamos por uma abordagem qualiquantitativa, buscando integrar a análise numérica de dados com uma interpretação crítica dos resultados obtidos. Conforme destaca Richardson (1999), o método quantitativo envolve a coleta de informações por meio de técnicas estatísticas, permitindo a visualização de padrões e tendências.

No que tange à abordagem qualitativa, fundamentamos a pesquisa na análise documental, conforme delineado ainda por Richardson (1999), os registros mostram a complexidade dos problemas, voltando-se a situações complexas e particulares buscando descrever as recorrências centrais dos processos vividos pelos sujeitos entendendo suas particularidades e situações enfrentadas socialmente.

A análise documental foi realizada com o auxílio da Plataforma Sucupira, da Capes, que possibilitou a identificação e seleção de dissertações e teses relacionadas à temática da inclusão no Ensino Superior. Essa etapa permitiu estabelecer uma conexão entre a produção acadêmica recente e os principais marcos legais que orientam as políticas públicas educacionais no Brasil, como a Lei

Brasileira de Inclusão (LBI, 2015), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996), além de declarações internacionais que reafirmaram o direito à educação inclusiva.

Em consonância com as normativas mencionadas, realizamos um cruzamento entre os conteúdos dos documentos acadêmicos estudados e as legislações vigentes, com o objetivo de constituir a estrutura desta investigação. A estratégia metodológica buscou estabelecer relações entre os discursos institucionais e as análises produzidas, possibilitando uma leitura crítica e contextualizada das políticas de inclusão no Ensino Superior.

O método adotado seguiu os pressupostos de uma pesquisa bibliográfica do tipo Estado do Conhecimento, que, conforme definido por Morosini, Santos e Bittencourt (2021), envolve a identificação, o mapeamento e a classificação da produção acadêmica em uma determinada área do saber. No caso desta pesquisa, concentramos o recorte na área das Ciências Humanas, com ênfase na Educação, considerando o período de 2015, ano de promulgação da Lei Brasileira de Inclusão (LBI), a 2024, último ano completo anterior à realização deste estudo.

Justificamos a escolha desse intervalo temporal pela relevância da LBI como marco legal que impulsionou debates e produções acadêmicas sobre a inclusão educacional no ensino superior. Assim, foi possível construir um trabalho consistente, fundamentado na produção de dissertações e teses que dialogam diretamente com as políticas públicas de inclusão e a formação de professores para a Educação Especial em articulação com os autores que apresentam uma perspectiva crítica acerca da realidade social em que estamos inseridos.

Por fim, o trabalho possibilitou a reunião de materiais que retratam diretamente o tema central de nosso artigo, permitindo um ensaio mais consistente sobre o acesso das Pessoas com Deficiência (PCD) ao nível superior de ensino. Sistematizando uma fase fundamental para consolidação da análise bibliográfica aqui desenvolvida. Sendo assim, com a intenção de finalizarmos nosso estudo, vamos as nossas considerações finais.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pergunta central, que fundamentou os apetrechos textuais produzidos, notamos que os debates e as ações voltadas à inclusão educacional no Brasil, especialmente no que se refere à garantia de acesso à educação superior para pessoas com deficiência, vem aos poucos sendo consolidadas.

Ao longo da verificação, observamos produções acadêmicas em relação ao tema proposto ainda incipiente, o que evidenciou a necessidade de dilatar as discussões acerca do acesso ao ensino superior por pessoas com deficiência e os reflexos dessas políticas na prática institucional.

Observamos por meio da leitura do material referendado, que a escassez de produções literárias sobre a temática pode estar relacionada ao curto período de vigência da Lei Brasileira de Inclusão (LBI, 2015). Trata-se de uma política pública relativamente recente, que tem desempenhado um papel central na ampliação do acesso de pessoas com deficiência ao ensino superior.

Ainda assim, os resultados do material produzido indicaram que o tema permanece como um campo em construção e com importantes lacunas a serem exploradas por futuras investigações. Diante do exposto, constatamos a baixa quantidade de teses de doutorado que abordam a temática da inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior.

Por fim, essa limitação reforçou a percepção de que o tema ainda carece de maior atenção no campo acadêmico, sobretudo em programas de pós-graduação *stricto-sensu*. Esperamos que, nos próximos anos, haja um aumento no número de pesquisas, promovendo um debate mais amplo e crítico sobre o direito à educação inclusiva nas instituições de ensino superior, de modo que esse olhar científico gere impactos significativos na construção de uma sociedade efetivamente inclusiva e acessível.

REFERÊNCIAS

- ARBEX, Daniela. Holocausto brasileiro - Genocídio: 60 mil mortes no maior hospício do Brasil. Editora: Intrínseca. Rio de Janeiro RJ. 2019.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 6 jun. 2025.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 6 jun. 2025.
- JANNUZZI, Gilberta. A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI. 3. ed. Campinas SP. Editora: Autores Associados. 2012.
- MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã: Teses sobre Feuerbach. São Paulo SP. Editora: Centauro. 2010.
- MOROSINI, Marília. SANTOS, Pricila Kohls-. BITTENCOURT, Zoraia. Estado do conhecimento: teoria e prática. Curitiba. Editora: CRV. 2021.
- KOLHS-SANTOS, P.; MOROSINI, M. C. O revisitar da metodologia do estado do conhecimento para além de uma revisão bibliográfica. *Revista Panorâmica*, v. 33, maio/ago. 2021. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/revistapanoramica/>. Acesso em: 23 abr. 2026..
- NAÇÕES UNIDAS. Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Nova York: Nações Unidas, 2015. Disponível em: <chromeextension://efaidnbmninnnibpcajpcglclefindmkaj/https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 06 de jun. de 2025.
- RICHARDSON, Roberto Jarry e colaboradores. Pesquisa Social: Métodos e Técnicas. 3ª edição. Editora: Atlas. São Paulo SP. 1999.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: Acessibilidade no lazer, trabalho e educação. Revista Nacional de Reabilitação. São Paulo SP. 2009.

SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. Campinas, SP. Editora: Autores Associados, 2019.

TATAGIBA, Luciana; TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves. Movimentos sociais e políticas públicas. São Paulo SP. Editora UNESP. 2021.

THOMA, Adriana da Silva. HILLESHEIM, Betina. Políticas de inclusão: Gerenciando Riscos e Governando as Diferenças. Santa Cruz do Sul RS. Editora EDUNISC. 2011.

UNESCO. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO, 1994.

UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: visão e ação. Paris. 1998. Disponível em: <http://crmm.nepp-dh.ufrj.br/onu12-2.html>. Acesso em: 6 de jun. de 2025.

WALLERSTEIN, Immanuel. Capitalismo histórico e Civilização Capitalista. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro RJ. Editora: Contraponto. 2001.

Recebido em: 18 de outubro de 2025.

Aprovado em: 18 de abril de 2026.

ⁱ Diane Couto de Carvalho. UFRGS/Estudante de Pós-graduação.

Curriculum Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0508705749705762>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6725-8653>

E-mail: diane.couto.carvalho@gmail.com